**CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.**

RES. SC 27/93, de 15/12/93, publicada no DOE 16/12/93, p.

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto nº 20.955, de 01 de junho de 1983,

Resolve:

Artigo 1º – Ficam tombados como bens culturais de interesse histórico-arquitetônico pelo significado histórico-cultural que representou a nova postura liberal de ensino que propôs em nossa cidade e pela tipologia arquitetônica que a caracterizou, os edifícios abaixo discriminados situados na área do Instituto Mackenzie:

- 1) Edifício da Reitoria ou Edifício Mackenzie – Grau de Preservação “1” (interior e exterior)
- 2) Edifício da Biblioteca Central – Grau de Preservação “1”;
- 3) Edifício da Faculdade de Direito – Grau de Preservação “2” (volumetria e fachadas);
- 4) Castelinho – hoje Faculdade de Filosofia – Grau de Preservação “2”
- 5) Ginásio de Esportes _ Grau de Preservação “1”;
- 6) Residências dos Professores – edifícios nos 20, 22 3 23 – Grau de Preservação “2”;
- 7) Muro de Arrimo da Rua Maria Antônia e Rua Itambé, desde o portão da engenharia na primeira até o portão da Reitoria, na segunda; jardins compreendidos pelo limite da Rua Maria Antônia e Rua Itambé até a Escola de Arquitetura, e da Rua Itambé até o edifício no 07 da planta geral (Diretórios Acadêmicos), inclusive o jardim entre a Faculdade de Arquitetura e este edifício no 07 na frente do Castelinho; monumento aos alunos do Mackenzie mortos na Revolução de 32 na esquina das Ruas Mara Antônia e Itambé, herma de Horácio Lane, em frente à Faculdade de Arquitetura.

Artigo 2º – Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat, autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente o referido bem, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.